

GESTÃO DO SILÊNCIO COMO CONTROLE E RESISTÊNCIA EM XAMBIOÁ-TO

MANAGEMENT OF SILENCE AS CONTROL AND RESISTANCE IN XAMBIOÁ-TO

Thelma Pontes Borges*
Marcela Vecchione Gonçalves**

O Araguaia ferveu
Com o sangue derramado
De inocentes “ribeirinhos”
Que pereceram sem ter “mea culpa”

Fortes Sobrinho, *O Araguaia ferveu*

Introdução

Durante os últimos anos, o dirigente maior do Brasil fez apologias a torturas e seus executores, recebeu no Palácio do Planalto no ano 2020 o Major Curió¹, um dos maiores perpetradores da tortura durante a Guerrilha do Araguaia, e emitiu uma nota oficial considerando-o um herói. Faz-se ne-

cessário retomar os debates sobre os diversos crimes cometidos pelo Estado contra a humanidade. Nesse sentido, como forma de resistência, é importante dar voz para aqueles que vivenciaram na pele um dos momentos mais sangrentos da história brasileira.

Mais de trinta anos depois do fim da ditadura civil-militar brasileira, o Estado continua perpetrando sucessivas violências contra aqueles que em determinados momentos participaram, de forma consciente ou ocasional, da luta por melhores condições de vida. Evidentemente, os dispositivos utilizados ficaram mais refinados, não sendo necessária a violência física para o controle dos corpos. O que ocorre são procedimentos altamente sofisticados de ges-

* Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Araguaína, TO, Brasil. E-mail: thelmapontes@mail.uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>.

** Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. E-mail: marcela.vecchione@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9171-5161>.

¹ Major Curió é um dos principais nomes de militares responsáveis por inúmeras ações desmedidas no controle ideológico da região do Araguaia. Em 2009, abriu parte de seus arquivos, assumindo que o Exército participou de execuções durante a Guerrilha do Araguaia (CAMPOS FILHO, 2013; CORRÊA, 2013; NOSSA, 2012).

tão do silêncio² e do cotidiano das pessoas, fazendo com que as vivências, memórias e narrativas fiquem presas nos subterrâneos das relações familiares e de amigos, não conseguindo emergir no espaço público a fim de receber a reparação social, econômica e psíquica a que fazem jus.

Há necessidade de uma narrativa que possa se expressar no espaço público e recuperar a dignidade daqueles que enfrentaram as violências de Estado, típicas da ditadura, que continuam a ocorrer pelos processos de silenciamento das pessoas e das tentativas de reescrita da história. O silêncio é presente, não pela impossibilidade de falar, mas pela inviabilidade de escuta de um país que aceita a naturalização e reedição permanente da violência. Continuamos cúmplices de um sofrimento prolongado que trabalha por se expressar no cotidiano da vida das pessoas.

A gestão do silêncio como dispositivo político funciona como tentativa de apagamento, na história do Brasil, de pessoas comuns que viveram fatos ordinários em suas vidas. Seu contraponto deveria estar posto por uma política de futuro que reaviva as memórias e combata o esquecimento, fortalecendo as dinâmicas democráticas e os direitos humanos (HUYSEN, 2000). Assim, a gestão da memória pode ter duas frentes: a primeira exercida como forma de silenciamento, estando nas mãos daqueles que querem reescrever as interpretações da história; e a segunda, que é assumida pelos próprios atores vítimas da violência, os quais pelo cotidiano encontram formas de expressar seu sofrimento e contar suas vivências.

Considerando a urgência de abordar o assunto, este artigo tem por objetivo demonstrar o uso da gestão do silêncio como forma de superação do sofrimento, por um lado, e como dispositivo estatal de controle da memória social e das pessoas, por outro lado. Para tanto, utilizou-se de fragmentos de entrevistas de duas vítimas da ditadura civil-militar na região da Guerrilha do Araguaia, organizados pela via da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Este trabalho apresenta-se da seguinte forma: primeiro, faremos uma descrição sobre os acontecimentos históricos que interferiram na vida dos camponeses na região de Xambioá-TO – cidade escolhida em decorrência de ter sido “transformada em uma das cidades-quartéis de combate à Guerrilha” (NASCIMENTO, 2000, p. 91); na sequência, apresentaremos uma discussão teórica acerca de gestão do silêncio em suas duas frentes; então, apresentaremos a metodologia do trabalho e os resultados das entrevistas. Para finalizar, demonstramos que pela apropriação da gestão do silêncio, pelo cotidiano e pela conquista do presente os atores vítimas de violência estatal se reinventam numa tentativa de inscrever suas vivências no fluxo da história do Brasil.

1. Guerrilha do Araguaia

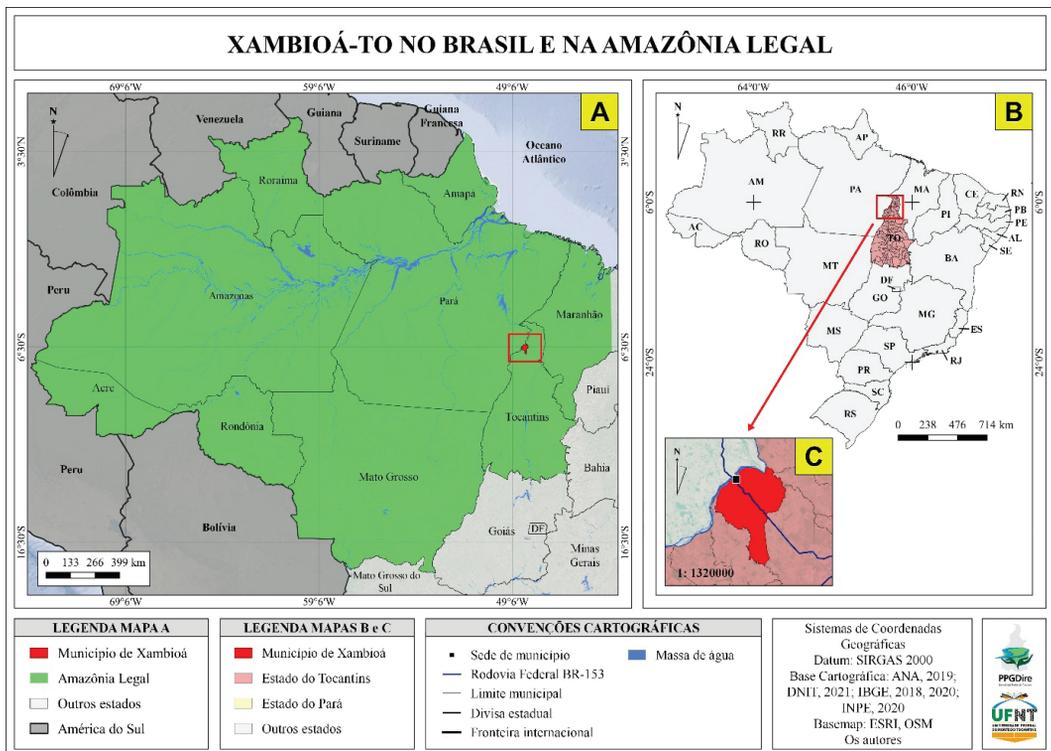
A Guerrilha do Araguaia inicia-se a partir de 1966, quando os primeiros guerrilheiros chegam à região de Xambioá (Mapa 1), localizada hoje ao norte do estado do Tocantins, e termina por volta de 1974, quando o último é morto. Dois marcos temporais

2 Termo inspirado em GRISALES, S. P. A. A Gestão do Silêncio. Os artefatos da memória na Colômbia. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo Anais [...] São Paulo: ANPUH, julho/2011.

estendem-se para antes, com o treinamento³ daquelas pessoas, e para depois, com as re-verberações ocorridas em função da militarização da região (CAMPOS FILHO, 2013). Para Corrêa (2013), a Guerrilha do Araguaia traz em si um paradoxo: se, por um lado, é um dos episódios mais conhecidos da ditadura civil-militar brasileira, por outro, é também o “império do oculto”, por estar envoltos diversos segredos de Estado. Segundo esse autor, que também participou do Grupo de Trabalho da Presidência da República (2009-2018⁴) para busca dos mortos e desaparecidos do Araguaia, apesar de vários

militares entregarem documentos para auxiliar na elucidação dos acontecimentos, as Forças Armadas nunca abriram seus arquivos para esse evento. Além disso, o PCdoB, apesar de iniciar uma abertura, incentivando reportagens e trabalhos acadêmicos desde 1996, também nunca abriu seus arquivos para pesquisadores não filiados ao partido.

A despeito de termos conquistado inúmeros avanços nos trabalhos realizados pela Comissão da Verdade a partir de 2011⁵, de muitos militares terem aberto e entregue seus documentos, assim como fez o Major Curió em 2009, ao conceder seus arquivos



3 Segundo Corrêa (2013), o PC do B foi fundado por discordar da linha pacifista adotada até então e previa em sua fundação, no ano de 1963, a luta armada como estratégia política. O treinamento militar dos guerrilheiros foi iniciado em 1964 na China.

4 O Presidente Jair Bolsonaro encerrou o Grupo de Trabalho em 11 de abril de 2019 pelo Decreto nº 9.759.

5 Foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e tinha por objetivo investigar violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Ver em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>.

ao Jornal O Estado de São Paulo, e como fez o Partido Comunista do Brasil, ao publicar histórias sobre seus líderes e suas jornadas, ainda estamos distantes de compreender o que houve na região e apartados das narrativas daqueles que vivenciaram a situação, com pouco espaço para a singularidade dos participantes da História (CORRÊA, 2013).

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento organizado pelo Partido Comunista do Brasil, que tinha por objetivo fazer um levante nos moldes da que havia acontecido nas Revoluções Chinesa e Cubana. Para tanto, treinou jovens universitários e recém-formados, idealistas de uma sociedade mais justa. Nascimento (2000) explicita que os planos da Guerrilha eram de conquistar o socialismo como seu principal objetivo. Escolheram uma região da Amazônia, na confluência entre os estados do Pará, Goiás (hoje Tocantins) e Maranhão - às margens do Rio Araguaia -, próxima às cidades de Xambioá, São Geraldo do Araguaia e Marabá. Nessa localidade, alocaram-se como moradores, conquistando a confiança da comunidade. Era uma região pulsante, à época, em decorrência da forte migração em busca da terra prometida, tendo em vista alguns aspectos: a distribuição de terras pelo governo a fim de ocupar a Amazônia; a seca no Nordeste; e a crença religiosa nas profecias de Padre Cícero de que próximo ao Rio Araguaia a vida seria melhor, o que culminou em fortes migrações de camponeses nordestinos para a região com o objetivo de adquirir posses de terras devolutas (VIEIRA, 2012); além de ser considerada uma região rica em virtude das reservas de cristais, diamantes, ouro e outros minérios (NASCIMENTO, 2000).

O confronto com o Exército ocorreu a partir de 1972, quando o Estado brasileiro constatou a existência do movimento. A “guerra”, como é chamada pelos moradores locais, durou até 1974, sendo necessárias três grandes operações a fim de exterminar o movimento. As duas primeiras fracassaram, apesar de na segunda o Exército ter enviado mais de três mil homens. Os guerrilheiros chegaram a comemorar vitória sobre a luta. A última operação, mais estratégica, utilizou-se de inteligência e fez a guerra de “combater os guerrilheiros com táticas de guerrilha” (CORRÊA, 2013, p. 74). Essa última é justamente a operação mais sombria e brutal do combate ao movimento.

Em 1975, é realizada a “operação limpeza” para apagar vestígios e ocultar corpos e informações que permitissem revelar informações sobre o ocorrido (PEIXOTO, 2011). Foram 79 guerrilheiros, com apenas 20 sobreviventes (CORRÊA, 2013). Além desses, inúmeros camponeses, mateiros⁶, peões, entre outras pessoas moradoras da localidade, sofreram com ações do Estado na busca pelo fim da guerrilha. Desde 2007, foram colhidas, pelo grupo de trabalho de busca de corpos e desaparecidos da Presidência da República, histórias de mais de 400 camponeses vítimas da violência do Estado à época (CORRÊA, 2013).

A academia muito se debruçou sobre as ações dos militares e daqueles que lutavam contra o modelo vigente, mas pouco estudou sobre as pessoas que, por coincidência geográfica, se encontravam no caminho entre essas forças. Corrêa (2013, p. 24), ao relatar seus trabalhos de pesquisa na região do Araguaia, revela que:

6 Os mateiros são profundos conhecedores da região da mata e pode servir de guia para àqueles que não conhecem a região. Peixoto (2011, p. 480) escreve sobre essa categoria durante a Guerrilha do Araguaia: “Mateiros, convertidos em guias do Exército - coagidos para isso e alguns recompensados com lotes de terra”.

A surpresa, que não estava nos planos iniciais, foi descobrir que os moradores da região são preciosas fontes de informações também para o objeto desta pesquisa acadêmica. Muitos deles guardam em suas lembranças informações mais precisas e detalhadas sobre a guerrilha do que os próprios guerrilheiros sobreviventes.

Cabe ressaltar que a Guerrilha do Araguaia é um tema que marca a região, e todos, de alguma forma, já ouviram as histórias, tragédias familiares e sobre a presença do Exército nos últimos anos, nas escavações à procura de ossadas. A página oficial na internet da prefeitura de Xambioá⁷ assumiu a identidade e conta a história do município, considerando a Guerrilha do Araguaia como um de seus constituintes. Os grupos organizados de luta por reconhecimento e indenizações pelas violações sofridas na região, o Memorial dos Povos do Araguaia⁸ (FONTES, 2021), presente na entrada da cidade de Xambioá, e as memórias circulantes nas falas dos moradores sobre os acontecimentos da época permitem inferir que a comunidade traz, na atualidade, as marcas daquele momento, as quais também se configuram como feridas abertas ou como tentativas de elaboração de violências denunciadas pelos sofrimentos individuais e/ou familiares.

Acreditamos que trazer as vozes de moradores como sobreviventes da Guerrilha do Araguaia auxilia na constituição da identidade local, diminuindo o vazio e o silêncio

criados em torno dessas histórias na cidade. Com isso, auxilia-se na percepção da coletividade e na cadeia de pertencimento de gerações de uma mesma comunidade (BENJAMIM, 1933).

2. Gestão do silêncio como controle, gestão do silêncio como resistência

Há duas leituras possíveis sobre a gestão do silêncio: a primeira refere-se justamente à necessidade do Estado de utilizar dispositivos específicos para que as memórias da margem não interfiram nas memórias oficiais; a segunda é do próprio domínio das vítimas, que tomam as rédeas da própria vida e assumem a gerência de seu silêncio. É sobre esses dois caminhos que vamos nos ater agora, demonstrando a existência de linhas paralelas de memória que em poucos momentos se entrecruzam, de modo a formar uma memória nacional.

Para tanto, falaremos em dois níveis: um hegemônico e oficial, e o outro individual e da margem. Optamos por não separar didaticamente o debate sobre a gestão do silêncio, permitindo que os dois níveis se estabeleçam no discurso e em seus entrecruzamentos. Cabe esclarecer que a literatura convocada também segue essas duas frentes: as de sociologia, história e antropologia para conversar com as questões da memória social; e a de psicanálise para instilar sobre as memórias individuais. O ponto de encontro entre elas é a escolha de autores que consideram o coletivo e o

7 Ver <https://www2.xambioa.to.gov.br/portal/guerrilha-do-araguaia/>

8 Idealizado por Michéas Gomes de Almeida, conhecido como Zezinho do Araguaia, guerrilheiro sobrevivente do movimento, o Memorial dos Povos do Araguaia foi construído na entrada da cidade de Xambioá. O projeto maior conseguiu cumprir com a implantação de um auditório e um totem desenhado por Oscar Niemeyer. Atualmente, o Memorial encontra-se fechado e abandonado.

individual, a consciência e o inconsciente e o trauma como parte constituinte tanto do social quanto do sujeito individual.

Existe uma tensão posta nas narrativas da história que pode se completar, entretecer ou até se opor. É o que Pollak (1989) chama de “memória nacional”, posta que oficial, que tenta a todo custo manter a memória subterrânea guardada nas bordas da sociedade. Podemos pensar na gestão do silêncio pela perspectiva foucaultiana de sociedade disciplinar, que é aquela na qual o sujeito é cerceado pelas instituições de confinamento, tais como a família, a escola, a igreja, só que não por meio da captura física, mas a partir da subjetiva, e na qual está recluso e submisso a uma cadeia mal engendrada no espaço-tempo.

É um regime biopolítico (FOUCAULT, 1999, 1995) que troca um tipo específico de poder por outro, permitindo uma “administração dos corpos”. Dessa forma, “em vez de torturar o corpo, o poder disciplinar o insere em um sistema de normas” (HAN, 2018, p. 34), o que produz o sujeito da obediência. Assim, podemos dizer que a gestão do silêncio estabelecida pelos grupos hegemônicos do país ocorre pela biopolítica como técnica de governança, e é por essa via que tentam manter a memória nacional longe da memória subterrânea.

Podemos elencar alguns aspectos que ajudam na compreensão: a anistia total e irrestrita (Lei da Anistia nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), por exemplo, que permite o “esquecimento” dos crimes cometidos contra a humanidade, é utilizada como dispositivo de poder e de controle dos corpos ao afirmar na instância jurídica que aquilo “não aconteceu” ou que, se alguém insistir, não

deve ser considerado como algo relevante; a ampla divulgação pela imprensa de que os torturadores da ditadura civil-militar eram heróis que salvaram o Brasil, constituindo novas redes de sociabilidade que passam a negar a gravidade do período elencado; as práticas de difamação⁹, que tornam a vítima inimiga da população e sem dignidade, quase como que merecendo ter passado pelos procedimentos de “correção”.

A biopolítica é uma forma de governo que permite que o poder tenha essa capacidade volátil de se estabelecer em vários pontos e lugares, e não somente em um soberano. A horizontalização do poder auxilia justamente nessa propagação de versões oficiais sobre a ditadura, invadindo os espaços subjetivos e fazendo com que as pessoas fiquem submissas a uma estrutura hierárquica de poder, sem terem clareza desta. Os conhecimentos estabelecidos sobre a população com relação a sexo, idade, nascimentos, mortes, profissões, religiões permitem intervenções cirúrgicas do biopoder no processo, pois facilitam a emissão e o recebimento da mensagem adequada às características individuais do sujeito (FOUCAULT, 1999; HAN, 2018).

A biopolítica faz-se útil justamente quando é necessário estabelecer um discurso hegemônico, como é o caso do controle da memória nacional, pois ajuda a moldar os corpos, auxiliando a permanência nas bordas das memórias individuais, uma vez que provoca efeitos individualizadores e de docilidade dos corpos:

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou

9 Os guerrilheiros eram nomeados como terroristas (PEIXOTO, 2011).

ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Gerenciar o silêncio daqueles que à margem participam da história com sua memória subterrânea é condição para manutenção da recordação controlada por grupos hegemônicos e pleitos oficiais (POLLAK, 2006). Os efeitos da violência de Estado frente à Guerrilha do Araguaia foram geradores de graves situações emocionais individuais e coletivas. O trauma busca uma forma de se manifestar na comunidade, transmitindo ao espaço público algo da individualidade de um, mas que é parte do todo de uma nação.

A transmissibilidade do sofrimento não ocorre sem conflitos internos, uma vez que dar vazão à dor possibilita diminuir a angústia. Por outro lado, é necessário negociar com o social, a fim de criar uma escuta que compreende o que se está transmitindo. Nem tudo pode ser narrado, assim como nem tudo pode ser escutado. Há muito em jogo na complexa rede do cotidiano, não se podendo correr o risco de perder o único espaço de expressão da memória (POLLAK, 1989). O espaço público ocupado pela via dos afetos permite que se coloque em circulação aquilo que estava estagnado na gramática da vida. Lacan (1998) dirá que o inconsciente é político, entre outros motivos por nele se encontrar, na forma de traumas históricos, o não elaborado na esfera pública. Estamos na linha tênue entre aquilo que

é da ordem do coletivo e aquilo da subjetividade individual, entendendo que a dor é localizada no sujeito, mas sua superação depende da reparação político-social. Há uma relação deslizante entre um e outro.

Assim, o silêncio e o cotidiano são expressões de resistência e de denúncia, sendo justamente o estabelecimento do hábito que permite ao espaço destruído ser ocupado como sendo próprio de si (DAS, 2007). Veena Das (1999, p. 41) verifica, ao observar as limitações das indianas com relação à violência da Partição¹⁰, a incapacidade de falar sobre o trauma vivido, acrescentando que “o sentido de ser ‘humano’ é testado quando a linguagem corrente falha ou simplesmente não existe”. Trata-se do trauma instalado, do ponto de vista da individualidade, e da memória nacional violada, no olhar da coletividade.

Do trauma estabelecido pelas sucessivas violências de Estado, perpetrado para além do que realmente foi o período de ditadura cívico-militar, restou apenas o silêncio. Freud ([1917] 1996) havia percebido isso nos soldados que, ao retornarem da guerra, ofereciam apenas o mutismo como narrativa. Agamben (2008) define tal processo como “experiência muda”, evidenciando o paradoxo da situação: vivências múltiplas e complexas, mas de tão tomadas por violência se tornam impossíveis de serem incorporadas à realidade. Impede a palavra e, assim, a própria identidade, tornando-se um sintoma individual, mas também um sintoma histórico. Cabe esclarecer que o trauma individual aqui está sendo pensado dentro

10 Em 1947 ocorreu o fim do domínio britânico sobre a Índia, que originou duas nações independentes. O critério de separação foi religioso, os muçulmanos no Paquistão e os Hindus e Sikhs na Índia. Esse processo levou a uma das maiores movimentações populacionais da humanidade, cerca de doze milhões de pessoas se movimentaram para ficar de seu lado religioso. Esse processo aconteceu durante intensas batalhas e violências que geraram milhões de mortos (DAS, 2007).

de uma vertente psicanalítica, em que se estabelece justamente pela impossibilidade de incorporá-lo na cadeia simbólica da vida; é o que escapa do real (LACAN, 1998). Freud ([1893] 2016) coloca que a amnésia é a resistência traumática. Assim, a admissão da memória individual é também a possibilidade de elaboração subjetiva e do desvelamento do trauma. O acesso à linguagem possibilita a superação da fratura psíquica, a movimentação a uma interpretação do evento e, sobretudo, a gerência do silêncio como forma de tática de sobrevivência.

Rosa (2016, p. 21) escreve que, ao abordar “a dimensão sociopolítica do sofrimento”, se consideram os efeitos do “desamparo discursivo”, produzindo novos laços e configurações sociais, os quais podem escutar esse “cenário social, político e cultural em que os sujeitos se constituem e dos quais sofrem as incidências, tanto na sua constituição como sujeito como diante das estratégias políticas de sua destituição do lugar”. Veena Das (2007) ratifica que aquilo que escapa à palavra por seu caráter (i)numano é manifestado de alguma forma pelo corpo até ser recuperado e posto em circulação.

O trauma, quando estabelecido sobre um grupo ou comunidade, produz efeitos extensivos para o laço social, estabelecendo o que Seltzer (1997) chama de “esfera pública patológica”, que se constitui como identidade política de um grupo. Com isso, apresenta-se a possibilidade de transmitir o trauma, de forma que ganha força na presentificação do testemunho e na vida cotidiana, reconstituindo os laços sociais pela palavra. O testemunho surge justamente da falha da linguagem e, por conta disso, será incompleto, parcial, resultado de tentativas de reconstruir lacunas de uma identidade atual alinhavada nas temporalidades esquecidas.

Cabe lembrar que para a psicanálise (FREUD, 1996; LACAN, 2003) a única forma de reestabelecer a própria identidade é através da reorientação da palavra e da possibilidade de colocar a própria história na narrativa da vida, dentro de uma cadeia de significantes que faça sentido. É a experiência estruturada pela linguagem que possibilita o simbólico, sendo a linguagem a expressão possível dessa experiência. As comunidades e pessoas estabelecidas por violências são, entre outros fatores, marcadas por zonas imaginárias coletivas que impedem a demonstração da experiência na cadeia da linguagem, não sendo, por isso, manifestadas e faladas.

Poder imputar a alguém a responsabilidade pela inumanidade autoriza trazer o indizível para o campo da memória e para o fluxo da linguagem, o que permite a construção de um lugar capaz de habitar o ser sofrido pelo evento (CARVALHO, 2008). O sofrimento pode, assim, levar a produções subjetivas desumanizadoras, tendo como única forma de inclusão no laço social o lugar de resto da humanidade.

Pela via da escuta, os sentimentos tomam forma frente às representações, estabelecendo novas vivências e superando o estado mudo das coisas. Nesse sentido, supera-se a repetição, e as experiências da violência entram na cadeia da linguagem, ressignificando a vida. É a saída da passividade para a atividade; é a possibilidade de fazer frente à gestão do silêncio hegemônico que quer que essas histórias marginais ali permaneçam.

Quando os pesquisadores se dedicam aos marginalizados, pessoas comuns, e fazem emergir as memórias individuais, estabelece-se um conflito posto entre aquilo que se definiu como versão nacional e o que aparece nas conexões individuais. Ao reabilitar

a marginalidade, os cientistas auxiliam em uma nova instrumentalização da gestão do silêncio: denunciando o caráter opressor da memória coletiva e fazendo aparecer disputas de memórias. Pollak (1989) diz que a memória coletiva precisa negociar com a memória individual, de forma que se resvalam em alguns ou vários pontos, sob a forma dos testemunhos, estabelecendo uma base em comum. Nesse sentido, segundo o autor, a memória coletiva, pela leitura de Durkheim, tem a função de coesão social estabelecida pelos sentimentos que geram uma “comunidade afetiva”. No caso específico da ditadura brasileira, existe a impossibilidade de uma “comunidade afetiva” se estabelecer pela confluência dos discursos hegemônicos e marginais.

Este trabalho se assenta no e pelo uso das memórias da margem, trazendo as vozes de duas vítimas da violência de Estado na cidade de Xambioá-TO. É o que segue.

3. Metodologia, apresentação e discussão dos resultados

Este trabalho, ao dar voz às vítimas da ditadura civil-militar brasileira, se pauta na lógica estabelecida de que o pesquisador também instrumentaliza a gestão do silêncio ao trazer à tona as vozes do subterrâneo, bem como no nexos de que as vítimas, na gerência de seu próprio silêncio, se utilizam de “agenciamentos indiretos”, por exemplo, por depoimentos a cientistas sociais, jornalistas, escolas, eventos, permitindo, ao

mesmo tempo, novas leituras sobre o tema e um autoescutar sobre o próprio sofrimento (CARVALHO, 2008). Veena Das (2007) dirá que o cientista social, ao atribuir-se o papel de emprestar seu corpo, sua mente e sua escrita para desvelar e desvendar linguagens de dores e violências, atua não somente como cientista, mas sobretudo como alguém politicamente comprometido com as vulnerabilidades sociais e suas raízes, podendo, talvez, auxiliar na reconstituição da trama esgarçada do social.

Considerando tais aspectos, foram realizadas entrevistas com dois atores vítimas da violência estabelecida durante a Guerrilha do Araguaia, que são residentes em Xambioá, no Tocantins. As entrevistas ocorreram em suas residências, de forma individual, sendo gravadas e transcritas¹¹.

Para melhor visualização, estabelecemos um quadro com os níveis de análise de conteúdo que se formou após avaliação sistemática das entrevistas, respeitando as etapas constitutivas do método, a saber: (i) leitura flutuante das entrevistas a fim de verificar aquilo que se aloca como destaque e funciona como indicador; (ii) seleção das unidades de análise constituindo codificações que permitam aglutinar mensagens conscientes e inconscientes guiadas pelo objetivo da pesquisa; (iii) criação das categorias de análise na interface entre o dado empírico (entrevistas), o referencial teórico e os objetivos; (iv) construção de inferências e interpretações já acopladas na elaboração das categorias (BARDIN, 2011).

11 Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética sob o número CAAE 33828920.1.0000.5519.

Quadro – Categorias da gestão do silêncio

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Gestão do silêncio Biopolítica	Violência física/emocional	A lembrança da violência física funciona como controle dos corpos, que é lembrado pela violência das ameaças
	Propagação de versões	A difamação das vítimas
	Controle ideológico	Monitoramento das ideias que permeiam o social; monitoramento das pessoas da região
Gestão do silêncio Resistência	Patológico/não dito	Alcoolismo, depressão, problemas físicos
	Testemunha	Narrativa do sofrimento como forma de se firmar na identidade e como propagação da memória
	Elaboração	Estudar a própria ação; conversão do sofrimento em luta política e social

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na *Gestão do silêncio enquanto Biopolítica*, apresentamos o poder exercido pelo Estado nas seguidas tentativas de controlar as ações e narrativas e manter o domínio do discurso oficial. Dividimos essa categoria em três: a *Violência física/emocional* demonstrada através das narrativas de torturas e ameaças; as *Propagações de versões* por parte dos militares para desmerecer as pessoas consideradas subversivas; e as ações de *Controle ideológico* através de vigilância e infiltrações. Podemos dizer que a “governamentalidade¹²” brasileira de produção de memória, enquanto política de Estado, está pautada por dispositivos de poder e controle que têm por objetivo fazer com que algumas versões prevaleçam em detrimento de outras – é isso que chama-

mos de *Gestão do silêncio* em sua vertente de controle pelo Estado.

Começamos com a demonstração das narrativas sobre a *Violência física*. Seu Pedro e Seu Paulo¹³, ambos com 82 anos de idade e nascidos no estado do Maranhão, mudaram-se, na década de 1970, para o que chamam de “região das abóboras”, situada a aproximadamente 30 km de Xambioá. Foram atraídos pelas extensas terras devolutas da região e pela crença nas profecias de Padre Cícero¹⁴, a fim de estabelecerem suas roças e viverem com suas famílias. Vieira (2012) apresenta que a migração do Bandeiras Verdes era uma forma de encontrar um lugar social para aqueles que não tinham e cavar lugar na economia de sobrevivência.

12 Compreendida como o encontro entre o governo de outro e o governo de si a partir da troca do governo soberano para o governo administrativo (HAN, 2018; FOUCAULT, 1995).

13 As entrevistas foram realizadas na residência de cada um, na cidade Xambioá/TO, gravadas em áudio com uso de gravador digital, em janeiro de 2020, pelas autoras deste artigo.

14 Na década de 1970, milhares de pessoas migraram do Nordeste em busca de melhores condições de vida, estimuladas pela abertura da Transamazônica e motivadas pela crença na profecia de Padre Cícero, que previa a necessidade de atravessar o Rio Araguaia em busca da tão sonhada terra, fonte de esperança e de fim de sofrimento. Esse movimento ficou conhecido como “Bandeiras Verdes” (CAMPOS FILHO, 2013).

A localidade, à época, era de floresta com predomínio de castanhas e abóboras. Cada qual arruma um pedaço de terra, faz as demarcações com os vizinhos, todos posseiros, e organiza sua vida em torno da criação de animais e do plantio de subsistência. Entre tantos outros camponeses, os dois ficaram no caminho entre os militares e os guerrilheiros. Veremos a partir daqui suas histórias e narrativas.

Por volta de 1970, chega uma vizinha ao lado das terras de Seu Pedro e se apossa do lugar, abrindo suas roças e iniciando suas criações de animais. Era Dina¹⁵, uma das guerrilheiras mais conhecidas da região, e que, segundo os moradores, tinha “conhecimentos” e ajudava todos que precisavam de atendimento médico, fazendo partos, tratando doenças, auxiliando com remédios. Diz Seu Pedro que, apesar de conhecer e ter tido contato com a vizinha, não tinha consciência naquele momento de quem ela era. Mesmo sem Seu Pedro saber, a caçada aos guerrilheiros já havia iniciado e Diná começava seu processo de fuga. O fato dele ficar responsável por cuidar dos animais na posse de Dina o colocou na mira dos militares. Vejamos seu relato:

Achei aquele cheiro diferente quando eu óiei... tomada de gente... de militar... a casa cheia... aqui na porta da cozinha já tinha três... olhei pro ((inaudível)) lá enxerguei a faixa de uns dez a doze lá no meio do terreno... aí cercaram minha casa... aí entraram... ele ‘não... vocês não sabe sobre nós’ aí foi contar o que ele era... ‘nóis vim aqui na sua

casa pra você informar onde é que mora a Dina’... eu digo ‘chefe... a Dina não tá aqui, ela viajou’... ‘e pra onde ela viajou’... ‘agora eu não sei’... (Seu Pedro)

Obrigado pelos militares, conduziu-os à casa da Dina:

Chegou lá, entraram na casa... reviraram tudo... pegaram aquela multidão de coberta... cobertor... rede boa... e tanta coisa... fizeram ((inaudível)) no meio da casa... de roupa de tudo... tinha uma... um malote de metal... até de metal branco... que era negócio de... material de enfermagem... que ela era enfermeira muito boa, a Dina... Ela fazia parto de gente de lá dentro da mata... se mulher tivesse precisando qualquer coisa ela fazia... se fosse preciso até operar ela operava também... fazia qualquer coisa... dente tudo ela extraía... tudo ela fazia... na mata... aí pegaram aquele malote... com aquele material... pegaram um rádio (amador) que chamamo... (Seu Pedro)

Seu Paulo não chegou a ter contato direto com nenhum guerrilheiro, mas foi preso por ter sido visto pelos militares no meio da mata assobiando para um companheiro que caçava com ele. Na época, sendo comum comer carne de caça, os dois estavam garantindo o alimento para suas famílias. O assóvio foi entendido como algum tipo de comunicação com os guerrilheiros, motivo suficiente para ser preso e torturado:

Assobiando... me assobiando... aí eu respondi... aí quando eu dei fé tava arrodado com

15 Diná era uma das guerrilheiras mais conhecidas pela comunidade. Corrêa (2013, p. 85) descreve que Diná e Osvaldo, outro importante guerrilheiro, tinham em sua missão a máxima integração com a comunidade. Ainda hoje, quando se conversa em Xambioá com moradores, eles citam esses dois nomes, “que se transformaram em dois grandes mitos populares”. Diná consta como desaparecida pela Comissão Nacional da Verdade.

dezesseis soldados... dentro daquela mata... aí me procuraram... 'quem é que 'cê' respondendo?' ... Eu digo... 'nada... ninguém... eu tô recebendo aqui um companheiro...' aí falei que um companheiro ficou de avisar bem ali que ele... ((inaudível)) que era pra nós esperar... mas eu não tinha contato/ 'Cê tem contato com terrorista, rapaz...' ... Eu não sabia de nada... aqui não era só eu não... pra cá não tem esse negócio de terrorista... nós aqui tudo era inocente... ninguém sabia de nada... desses daqui não... só se/ ... até que aí eles... 'não... 'Cê' tá é avisando terrorista...' ... 'moço... o quê que é isso?' ... 'sem vergonha...' ... e vão logo xingando a gente... (Seu Paulo)

Seu Paulo é levado para a base militar em Xambioá:

Cheguei lá no acampamento (...) tinha mais ou menos uns duzentos soldados... e tinha um aviãozinho 'véi' andando por riba... e a gente sem entender aquele negócio... ((inaudível)) disse assim... 'é terrorista?' ... 'não... é que tá sendo suspeito... a gente acha que ele tava avisando... os terroristas...' ((inaudível)), Aí foi que o aviãozinho chegou... a base era aqui no Xambioá... o aviãozinho chegou... o helicóptero chegou... 'Ee rapaz...' chamou... eu entrei... 'entra aqui...' me amarraram as mãos... me encapearam... botaram um pano 'véi'... só tinha um buraquinho 'em riba dum olho'... não via nadinha... e sumiu no mundo... Eu digo... agora a minha conversa com eles é assim... 'vocês tão enganado... vocês tão enganado... o homem que vocês procura não é eu não...' 'Que não é... bandido... Tu é sem vergonha mesmo... tu tá (...) com os terroristas...' Ooo:: meu Deus... a gente passa coisa que a gente podia não passar aquilo... sem merecer... 'Tu tá enrolado com os terroristas...' ... (Seu Paulo)

Durante a narração de seu calvário nas mãos dos militares, ele se ressentido e sempre repete a ideia da injustiça sofrida, que não merecia ter passado por tanto sofrimento:

Eles me pegaram logo ali... e aí botaram pra correr... e os braços amarrados como é que eu corria? Botava pra correr... e eu ajustava os pé pra correr e caía... e ele largava os pé na bunda... como diz o povo... largava os pé na bunda... (coturno) os pé não... os pé era macio... (coturno) ... me machucaram um bocado... e eu levantava (...)... 'Corre... corre... se não tu...' aí eu ia correr e caía... Mas era pertinho... era uma casinha que eles tinha com uma 'trevesa' passada (...) que era pra 'dependurar' os presos... (Seu Paulo)

Eles pegaram minhas mãos... botaram uma aqui e outra aqui quando acabar amarraram com uma tira... quando acabar meteram um pau bem aqui... me suspenderam e me dependuraram lá... (...) pau de arara... o lugar mais ruim de se botar uma pessoa...antes 'cê' tirar a vida logo... e eu não sei nem quantos tempo eu passei lá... Talvez uma hora a gente se (regula) um ano de inferno...depois de tá dependurado... ((inaudível)) me dando choque... choque elétrico nas orelha... revólver na boca... revólver no ouvido... (Seu Paulo)

Durante a fala de Seu Paulo percebemos alguns indícios que reverberam uma capacidade de compreender o que passou; fazemos uma análise já mais elaborada do tamanho de seu sofrimento, quando ele afirma "lugar mais ruim de botar uma pessoa", referindo-se ao pau-de-arara e complementando que é melhor matar logo; outro ponto é quando apresenta que "uma hora no pau de arara" é como se fosse "um ano de inferno". Suas descrições afirmam o tamanho de violência perpetrada pelo Esta-

do, mas também sua capacidade de avaliar o que passou.

A *violência psicológica* foi sofrida pelos dois entrevistados, perceptível na vigília, intimidação e nas ameaças infligidas a Seu Pedro:

Eu fiquei uns quatro mês dentro de casa... naquela casa lá... aquele movimento de avião... Moço: as tropas do militar era todo momento todo instante... era duas, três, quatro vez por dia... eles estava rodeando em casa... um ia pra lá outro vinha pra cá... era um (fuzuê) arrudeando aqui... (Seu Pedro)

Em determinado momento, Seu Pedro foi obrigado a sair de sua casa, abrigando-se com a esposa grávida e a filha pequena na morada de um companheiro já levado pelas forças militares:

Ele tava preso... sofrendo muito mais ((inaudível)) nessa base de Xambioá... Belém... Pra todo canto levaram ele... só sofrimento... Brasília... tudo isso levava ele... e jurando de matar ele qualquer hora... Ainda mandaram fazer uma cova pra ele... que era pra eles atirar nele... Num mesmo momento já não deixaram... precisavam dele pra outra coisa... Bom... eu fui pra casa daquele companheiro que já tinha saído... tava já na mão deles... (Seu Pedro)

A expulsão de suas terras veio agregada a mais um fator de sofrimento, com a impossibilidade de levar os animais e a farinha produzida, deixando a família em completa situação de falta de acesso a alimentos, com o agravante de que a esposa havia acabado de ter um bebê:

Aí eu fiquei... sem nada pra dá pra ela... sem nada sem nada sem nada... A única coisa que tinha era um pozinho de farinha seca...

nem sei quem tinha arrumado aquela farinha... meio litro de farinha... e o restim daquele arroz que eu tava regrando pra fazer mingau pra ela e pra criança comer... Aí ela ganhou... aí fiquei uns dias... não se se foi três ou quatro... quando foi no cinco dia meu sogro chegou... lá em casa já com os militar... que lá ninguém ia assim se não fosse com uma equipe militar... Meu sogro chegou lá com os militar... Chegou... 'Antônio... eu vim aqui pra nós ir lá na base... que era nas abóboras...pra nós dá um jeito meu fi de nós fazer uma farinha pra essa muié... como é que essa muié... como é que essa muié vai ficar pra tirar seu resguardo sem nada dentro de casa'... (Seu Pedro)

No desespero, Seu Pedro dirige-se à base militar e solicita autorização para retornar às suas terras a fim de buscar um pouco de alimento. Apesar de ter recebido o consentimento, foi preso quando já estava em sua posse:

'Nóis viemo conversar com o senhor uma coisa'... 'que foi? o que é que vocês querem conversar?' 'eu quero conversar com o senhor assim doutor'... minha esposa ela ganhou menino agora tá com cinco dia hoje... e nós num tem nada pra cumer... pra mim dá pra essa muié... e eu tenho muita coisa dentro da roça... eu tenho - na verdade eu num tenho a farinha mais que já jogaram tudo fora... já derramaram fora... Mas ainda tenho um pouquinho de arroz dentro dos (taio) e tenho muita mandioca... Quero que você me ceda a condição de eu arrancar uns dois pé de mandioca pra eu fazer farinha... pelo menos pra ela.. Ele olhou assim pra mim com a cara muito ruim e disse 'você não quer fazer farinha né para Dina não?'... 'não senhor se o senhor quiser ir ver minha condição como é que tô vá lá em casa que você sabe'...Quando eu entrei debaixo do pé

de manga o jumento riscou... refugou... que eu olhei pro lado e pro outro... eles tava tudo deitado no chão com as armas em cima de mim... os militar... aí levantaram aquele magote... (Seu Pedro)

Após ser preso, Seu Pedro, assim como aconteceu com Seu Paulo, foi submetido a diversas sessões de tortura:

Meteu foi a mão pah ((o entrevistado realiza um som para simboliza a agressão)) logo em mim né? Bateu... me jogou logo no chão... puxou um cordão que eu tinha na cintura... que era de amarrar o facão... que eu trabalhava... aí puxou aquele cordão... jogou a bainha no chão... pegou a bainha meteu o facão na bainha... e me deu umas lapada com aquela bainha com facão e tudo... muita lapada... me deu logo lá... meteu a mão no pé da orelha e me jogou no chão pisou por cima... e me amarrou com aquele cordão e me tocou na frente... O helicóptero chegou, me jogaram dentro do helicóptero... me trouxeram pra cá... rodaram nessas cidade ((inaudível))... me jurando qualquer momento de me jogar de cima... eu falava pra ele “pode jogar... vocês querem jogar vocês pode jogar... (Seu Pedro)

Me bateram... pegaram aquele facão que era o meu e batia... nos meus peitos... as costas dava tampada assim com o pé de coco... batia na barriga... nos peitos... e eu quieto ali... não podia gritar... tinha que aguentar quieto... Aí assanharam as formigas e as formigas bateram em cima... Isso era de vez em quando... eles vinha lá e me dava uma lapada... Quando foi a faixa de cinco horas da tarde eles vieram... me tiraram de lá... eu tava todo inchado... todo inchado... todo mordido... (inaudível)) me amarraram pelo meio com os braços pra trás... me (tocaram)

lá pro barraco de torturamento... chegaram lá mandaram eu me sentar em cima de uma bola de arame... (inaudível) “senta aí...” aí me bateram... eu peguei fui e sentei... “Tu... agora tu vai contar o que foi que tu fez pra Dina...”tu vai contar agora...” Aí pegaram um choque lá... botaram em mim... aí eu gritei... botaram aquele choque... Quando eu cheguei lá na barraca do torturamento... tinha dois companheiros em sofrimento... tinha um dependurado no pau de arara... ele tava numa altura dessa aqui... com os pés e os braços amarrados... e um metido num cano...desses cano bem aqui... metido no cano assim... dependurado lá... amarrado... e outro deitado lá no pé de uma parede todo quebrado... (Seu Pedro)

Seu Paulo tinha outra preocupação, além da situação vivida, que era sobre as condições de suas duas filhas pequenas na época. Havia perdido a esposa e quando foi preso estava num relacionamento novo. Ele não tinha certeza se a atual mulher cuidaria de suas filhas:

Nos quartel da Araguaína... aí passei quarenta dias e quarenta noite preso... dormindo pelo chão... Éhh/ éhh/ nem banhar eles não davam nada... minha roupa fedia... tava pra apodrecer o corpo... não era nem a roupa... Até que eles davam o de comer... mas aí... nunca come o que presta... (...) com raiva... imaginando meus ‘fi’ que ficaram naquela mata... sem ter mãe... né? Os fi já não tinha mais mãe... eu tinha juntado com uma mulherzinha fazia poucos dias... A ‘valência’ é que a mulher não abandonou elas... (Seu Paulo)

Outra estratégia de controle utilizada pelos militares era a propagação de versões sobre os envolvidos na guerrilha, como forma de desumanizá-los, facilitando a

opinião das demais pessoas sobre a necessidade de conter a situação. Assim, trabalhavam pela *Propagação de versões*:

Agora vocês faz o seguinte... vocês não é pra sair de casa... nem botar o pé de fora assim... é perigoso de matarem vocês"... aí fez aquele assunto pra nós... "São terrorista vieram pra acabar com a vida de vocês... mas nós chegemos pra defender a vida de vocês e tal... e vocês num sai agora de casa eles vão acabar com a vida de vocês agora"... Aí (fizeram) nós ficar com medo... ninguém conhecia ninguém sabia de nada... nem falar nessa história ninguém devia falar... e aí... nós fiquemo daquele jeito... sem poder sair de casa... (Seu Pedro)

Tal estratégia de propagação de versões parece estender efeitos até a atualidade, uma vez que em várias conversas estabelecidas pela cidade as pessoas se referem aos guerrilheiros como "terroristas", apesar de sempre fazerem a ressalva de que nunca fizeram mal aos moradores da comunidade.

O *controle ideológico* também foi bastante utilizado, podendo ser percebido na fala de Seu Pedro, que após ser solto era obrigado, junto com seus companheiros, a comparecer de quinze em quinze dias na base militar e dizer o que havia visto nesse período:

Na direção de ficar visitando a base aqui no Xambioá de quinze em quinze dias... aí nós vinha de lá...: eu... o Zé (novato) e o (Beca) ... e o doutorzinho... O Zé (novato) morava aqui no São Geraldo e ficava aqui mesmo...

eu... o doutorzinho e o (Beca) ... Se juntava nós três... chegava lá o chefe da base... "E aí... que tal? Você viu alguma coisa?" ... "Não..." ... "Então pode voltar... ê só isso..." Uma viagem de quase trinta quilômetros... nós tinha que fazer isso de a pé... não tinha carro... né? Não tinha bicicleta... não tinha moto... não tinha nada... (Seu Pedro)

A fala a seguir, de Seu Paulo, é bastante ilustrativa, pois descreve a chegada do Major Curió, como um dos primeiros na região com o objetivo de desvelar informações, e a presença de Romeu¹⁶, que fingia ter interesse em comprar terras com o fito de obter informações sobre a guerrilha. A descrição de militares disfarçados como civis coincide com a última operação do Exército, na qual a tática foi justamente a de infiltração e uso da inteligência:

O (Curió) foi um homem que passava na porta da minha casa muitas horas... muitos dias... Ele foi quem... 'premeiramente' trouxe o militar pra cá... e entrou aqui nessas estrada aqui... fazendo estrada com trator... nessas mata aí... pra tirar madeira... mas aquilo dali era só acompanhando... aquilo dali... pra pegar informação dos outros... das pessoas... E aí... quando foi na época da revolta... foi o 'premeiro' que chegou na frente foi ele... Cheguei... conheci o (Curió)... só que na verdade... quem ficou nessa direção deles aí foi só o (Curió) mesmo... e o tal de Romeu... que tava nessa função de detetive... comprando terra... tomando as explicações... só conversando com o pessoal... enganando

16 Existem relatos de que Romeu Tuma teria participado do combate à Guerrilha do Araguaia. Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/romeu-tuma/> e <https://apublica.org/2011/06/ex-soldados-dizem-que-romeu-tuma-participou-do-combate-a-guerrilha/> e http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/017-reportagem_publica_tuma_guerrilha.pdf

um e outro... dizendo que era comprador de terra... e terminava não comprava a terra... (Seu Paulo)

Aparecem na narração de Seu Paulo indícios de que a distribuição de terras feita pelo INCRA após a Guerrilha levou em consideração um controle ideológico de quem ocuparia as propriedades. Nessa lógica, pessoas como Seu Paulo e Seu Pedro, além de muitos outros camponeses, foram excluídos do acesso à terra: “quando deu em janeiro em diante entrou o INCRA cortando e dando vinte dois alqueires pra cada pessoa... eu perdi”.

Vieira (2012), em sua análise sobre o Bandeiras Verdes, traz o relato de um migrante que diz que o pobre viaja na frente e abre os caminhos para o rico que vem na esteira e fica com tudo. A cena se repete com esse migrante (também o Bandeiras Verdes) que perde suas posses para aqueles colaboradores do sistema ditatorial vigente. Tal fato é citado também por Peixoto (2011) ao escrever sobre os crimes do Estado brasileiro durante a incursão da Guerrilha do Araguaia, apresenta que aqueles que colaboraram com o sistema vigente foi recompensado com lotes de terra.

Pollak (2006) diz de uma memória nacional e de uma subterrânea. O poder de manter as histórias marginais em seu lugar é passível de percepção com o uso das forças estabelecidas pelos militares nos anos de chumbo brasileiro, mas o controle/poder pode se manifestar das formas mais variadas possíveis, sendo que quanto mais discreto e imperceptível for maior será seu efeito deletério sobre as pessoas. Nesse sentido, podemos traduzir que as forças brutas da ditadura civil militar que mantiveram as vítimas acudadas durante anos, por medo de sofrerem agressões físicas ou de seus pa-

rentes serem punidos, foram trocadas por uma gestão do silêncio, que se faz poderosa justamente por ser mais sutil e eficiente (HAN, 2018). Assim, o controle passou da tortura bruta e nua para o controle da vigilância, como vemos nas testemunhas.

A gestão do silêncio, assim, vai da tortura para a violência psicológica e controle ideológico, e vai no campo em que a força física foi abolida e suas sutilezas auxiliam na manutenção da memória nacional (POLLAK, 2006). Em outros termos, a instalação do controle pela força deu espaço ao domínio por novas estratégias mais sutis, mas não menos poderosas.

Após demonstrado como o Estado atuou, verificamos a *Gestão do silêncio – Resistência*. Para Foucault (1995), a palavra sujeito tem um duplo significado: o de estar submetido e o de estar em uma relação de constituição consigo mesmo, assim podendo desenvolver formas de lutar contra o assujeitamento. Em outros termos, existe a possibilidade de resistir e estabelecer brechas que furem o sistema.

No caso específico deste estudo, compreende-se que a gestão do silêncio efetivada pelo Estado pode ser alterada pela gestão do silêncio através do próprio sujeito. A resistência é compreendida como forma de gerir a vida, a própria memória, e se desvencilhar do controle dos corpos e da subjetividade imposto pela forma de governo. Assim, como “resistir à biopolítica é insistir na vida” (GALLO, 2017, p. 92), é isso o que as vítimas da ditadura cívico-militar fazem cotidianamente no Brasil.

Para início de discussão, vamos à subcategoria do *Patológico – Não Dito*, demonstrada nas histórias de Seu Pedro e Seu Paulo:

Muita tristeza com o que aconteceu comigo e com meu povo... muita tristeza e mui-

ta doença... só que graças a Deus eu agora tô começando a apresentar mais do que era porque naquele tempo eu era novo... (minhas carne) resistia alguma coisa... Ai vai passando o tempo e a gente vai passando a sentir alguma coisa... alguma coisa... Eu hoje tô com uma dor... uma dor caminhadeira... do corpo todo da cabeça... nas pernas no... do lado do outro no meio das costas... então eu acredito que é tudo através daquilo que eu passei... aqueles afogo de água que eu passei... afogado em tambor de água já na hora de morrer... (...) Então tô acreditando que é isso... né? (...) Não tamo resistindo nada... aí vai apresentando essas coisas... Eu antes comecei ter um problema de um... (asma) uma coisa... através daqui através daqueles afogo aquelas coisa... acredito que foi isso... (Seu Pedro)

A descrição dos dois se refere a dores do corpo e da alma em decorrência do sofrimento daquele momento, evidenciando que a dor de suas experiências se manifesta de outras formas que não pela via da palavra. O começo da gestão do silêncio se estabelece justamente na tentativa de organização da memória individual e da nomeação do excesso traumático, através da instalação de uma história pessoal com menos lacunas (LACAN, 1998).

Eu já dei derrame... eu dei depressão mais alta do mundo... Eu me queixo... de ter sido dependurado... desse tempo pra cá... ((inaudível)) Enquanto eu novo... eu sabia que eu tinha... mas eu não me (...) aquilo... mas antes dias eu não tinha não... Bebia cachaça como o diabo... corria... jogava bola... não sentia nada... Hoje eu não posso nem me espantar...tem lá sufoco maior do que a pessoa dependurada aguentado choque elétrico e revólver na boca... no ouvido... ave maria...

Não tem sufoco maior... a gente pede a Deus morte...(Seu Paulo)

As saídas encontradas pelas vítimas da violência estatal, em sua própria gestão do silêncio, estendem-se para a possibilidade de *Testemunha* da história, da própria vida e da dor. Testemunhar para as pessoas a sua história configura-se como forma de resistência e de estratégia, ao colocar no jogo social suas versões sobre o acontecimento.

Os *Testemunhos* se servem de sucessivas elaborações sobre um evento e sobre a reorganização da vida após o acontecimento, demonstrando aquilo que em termos políticos falhou numa sociedade. Ter que testemunhar denuncia uma narrativa que não se acoplou à história coletiva, um hiato social, uma mazela no inconsciente coletivo que poderia ser compreendida como uma patologia do social (KEHL, 2010). Por outro lado, a escuta no espaço público devolve a dignidade, inscreve as pessoas politicamente e as retira da dor individualizada. Porém, para tanto, deve vir completada pelo trabalho de apuração do ato, uma vez que “não há reparação possível sem o reconhecimento oficial do crime” (ABRAÃO, 2014, p. 17). Vejamos o que Seu Pedro diz:

Sou conhecido em todo lugar através dessa história que vocês procura hoje né? E aí... com isso o povo vem me percurando aqui pra contar histórias... Eu fui das primeiras pessoas que tinha nessa história... e me procuraram né? Aí fui das primeiras pessoas que tinha nessa história o povo me procurando... e através de... de eu contar essas histórias... o povo foi gravando e espaiando... tudo (sabe) quase tudo... (Seu Pedro)

Quando o Zé do Araguaia... ((inaudível)) ele foi um sobrevivente da Guerrilha... aí não

sei por que ele escapou... Graças a Deus... que até hoje ele é vivo pra contar a história também... Aí veio com essas histórias pra 'nóis' aqui...que era pra nós fazer essas histórias... que nós ia ser indenizado... Quando o (Beca) veio me chamar aqui... que mandaram chamar ele lá em São Geraldo... porque ele contou essa história... ele veio me chamar aqui... eu digo... 'eu não quero nem saber dessa história... Como é que eu vou contar uma história que eu não tenho permissão de não falar nada... eu vou abrir a boca...?'... (Seu Pedro)

O excesso de memória nacional, que ratifica o discurso oficial e nega completamente a outras partes o direito de serem incluídas no processo, evidencia que somente alguns estão aptos a serem reconhecidos no plano social. Com isso, acaba por constituir o que Pollak (1989) nomeia como zonas de "não ditos", ou seja, essas pessoas encontram como única saída os laços afetivos e/ou políticos nas redes de sociabilidade para se transmitir o silêncio e as vivências. O testemunho é uma das formas.

A última subcategoria proposta refere-se à *Elaboração*, que oferta como característica a possibilidade de pensar a própria história, conseguir narrar e refletir sobre o ocorrido em suas vidas. É a possibilidade de elaborar e tentar superar os traumas pela sua inclusão na própria história e no cotidiano. O reconhecimento da própria história é condição para a confirmação da identidade (POLLAK, 2006). Em pessoas que vivenciaram momentos diagnosticados como marcantes, como a Guerrilha do Araguaia, encontrar o lugar de escuta é condição de vida, sobrevivência e de gerência do silêncio. Nesse sentido, a percepção da dor do outro e a sua expressão devem ser consideradas como de alto potencial político (DAS,

2012). Seu Pedro fala sobre a percepção do estrago que a história causou em sua vida, bem como fala Seu Paulo:

Porque a gente vai indo pra idade e pelo tempo que tá passando... a gente às vezes esquece assim... de conversar... mas só que a lembrança toda vida a gente tem... do que 'veveu'.. Minha vida ficou muito... muito... boa... porque eu fiquei com vida... mas ruim porque perdi tudo que tinha... perdi minha terra... perdi minha roça de arroz... minhas coisa... o que tinha... eu saí sem direito de nada... Pra mim me equilibrar custou... pra me equilibrar de novo... (Seu Pedro)

E aí eu passei o pão que o diabo amassou... esse é o danos morais que eu tenho... que eles disse que é pra pagar... porque... eu/ eu/ não botei a roça e eles ainda pra mim assim no dia que soltaram... 'se você... nós ainda lhe pegar lá... nós não vamo lhe prender mais não... nós vamo é lhe matar...' ... Eu não ia mais lá... pedi licença pra ir buscar minhas 'fia'.. fui... e aí fui sofrer dois ano sem comer... porque quem bota a roça... se passar um ano sem roça... aquele ano não tem... no outro é que ele vai botar... no outro é que vai comer... né? Dois ano dentro dos três foi que eu fui ter o que comer... mais meus 'fi'... (Seu Paulo)

Além disso, tenta entender por que os militares usaram os camponeses, refletindo que talvez seja porque eram os únicos capazes de se locomover sem dificuldades na mata fechada:

Mas eu sinto... sinto até hoje... o/ ... o que passou/ o/ até hoje eu sinto... E eu ficava pensando assim... eu ficava pensando "por que eu sofri daquele jeito sem saber de nada? Porque eu sou a única pessoa inocente de

nóis todo..."não é só eu não... todos nóis 'somo' inocente... porque nóis 'fomo' pego/ (...) oh: ... os militar... eles fizeram assim com o povo... pra eles pegar os guerrilheiro... o que foi que eles 'fizerô'... prenderam a maior parte dos camponês... prenderam... os que não tava na base... já apanhando... tava junto com eles... levando... Éhh: eles... de casa por casa... porque eles não sabia... naquele tempo a mata era muito... a mata era... uma coisa absurdo... que a gente andava era de (...) não tinha estrada pra canto nenhum... era (...) cortada de facão... cortando o rumo... Como nóis era umas pessoa que conhecia aquela mata... tanto fazia ter estrada como não ter... nóis entrava e saía... ((inaudível)). Eles pegaram nóis e levaram pra dentro da mata pra mostrar a ele aonde era... que eles não sabia... aí... e os outros... pra não ficar em casa... eles pegaram e prenderam... ou então deixaram com autorização dentro de casa... sem sair pra canto nenhum... E era assim que eles faziam... Três anos foi esse sofrimento... três anos... a gente preso dentro de casa... sem ninguém... sem direito de fazer mais nada... Quem tinha alguma coisa pra comer e morava dentro da roça... ainda tinha aquela rocinha de mandioca... éhh: deixada por metade... como eles faziam... arrancava, o... os militar arrancava pra acabar... e quem não tinha... ia ficar (...) comendo coco... comendo bago de castanha... com farinha... se tivesse... porque não tinha... Não tinha outra coisa... não foi só eu... foi todo mundo... os camponeses que (...) também aguentou o sufoco... o apanheio... o sofrimento... todo mundo sofreu... (Seu Pedro)

Nos anos do trabalho da Comissão da Verdade, Seu Pedro conseguiu o direito de receber uma indenização, o que talvez tenha auxiliado em sua capacidade de elaborar e pensar a própria história. Nesse momento

específico, a ação do Estado a fim de reparação conseguiu auxiliar nos processos de fazer circular as palavras, através da busca das histórias e da Clínica do Testemunho:

Aí foi o tempo também que através da minha história... deram aqueles direito pra a gente receber alguma coisa... dessa indenização... dessa perda de coisa que a gente perdeu... foi que me deram o direito de eu receber um pouco... e aquele pouco tá me servindo até hoje... né? Aquele pouco tá me servindo até hoje...O meu direito era um milhão de reais... não só pra mim como pra muitas pessoas... e ia ter gente que ia ter mais dinheiro... mas só que não fizeram isso... Quando foi na época de eu ser indenizado... eles me deram só 124.785 reais... aí eu fiquei com uma pensão de dois salário mínimo... durante o resto da vida... Então é isso que tá me segurando... é essa pensão... (Seu Pedro)

A elaboração também é perceptível pela capacidade de luta por direitos de reconhecimento dos danos sofridos no período:

Eu sou representante do povo... dos combatentes... ex-combatentes... luto com eles... né? é dos ex-combatentes... que é da mesma/ os militar... né? Eu trabalho com eles... represento os torturados... as pessoas que sofreram... que pegaram/ eu pegava a história e jogava pra eles... Então como o Raimundo era um companheiro que era o meu representante geral... eu pegava a história deles... jogava na mão do Raimundo... O Raimundo jogava na mão do advogado... Então tô com oitenta pessoas na mão do advogado que era dos ex-combatentes... aliás... que era dos camponeses... que tava na lista dos ex-combatentes... (Seu Pedro)

Eles me deram uma indenização naquele tempo... me deram uma indenizaçãozinha de 120 mil... mas eu fiquei com setenta... paguei os 'advogado'... que tinha... me cobraram...eles diz que vão dar é os danos morais... quatro/ três anos sem roça... passando fome... perdi uma terra... porque a terra lá... (...) em outubro... eles me soltaram em novembro... (Seu Paulo)

Duas considerações devem se alinhar aqui: conseguir gerir o próprio sofrimento e aloca-lo em uma escala narrativa possível, que não diminui a dor que o ato gerou, mas permite estabelecer uma identidade com menos hiatos, pois a amnésia é preenchida pela própria história – o que diminui o trauma (no sentido psicanalítico); encontrar no subterrâneo formas de expressão de si e de escuta está longe do estabelecimento de uma reparação social, uma vez que em termos práticos o Estado brasileiro fez muito pouco para tanto, enquanto que os avanços estabelecidos com a Comissão da Verdade e as Clínicas do Testemunho¹⁷ pelo país foram revertidos por políticas e posicionamentos do governo nos últimos anos¹⁸. Dessa forma, a gestão do silêncio como enfrentamento à biopolítica encontra brechas, mas não o bastante para cindir o sistema. Ainda estamos muito longe de uma reparação adequada às vítimas da ditadura e da imputação de responsabilidades aos algozes do processo.

Nas três subcategorias da *Gestão do silêncio* como forma de domínio de si, podemos perceber níveis de enfrentamento do sofrimento: no primeiro, por conta da impossibilidade da palavra, manifesta-se no corpo ou por dores, ou por depressão ou por uso exagerado de bebidas alcoólicas; num segundo momento, o próprio ato de testemunhar, facilitado pelos anos do trabalho da Comissão da Verdade, auxiliou na passagem da dor para a linguagem; por fim, percebemos um nível de elaboração em suas falas que surge da capacidade de avaliar a própria vida.

O que se efetua em nossas análises, se por um lado é o uso estabelecido da força, na tentativa de fazer parar nas periferias da memória os aspectos negados, por outro lado, é a resistência ao movimento de assolamento das memórias individuais pelas brechas encontradas para gerir o próprio silêncio, através de redes de sociabilidade afetivas.

Considerações finais

O presente artigo demonstrou, na escuta das narrativas de pessoas comuns que viveram eventos extraordinários, como o da Guerrilha do Araguaia, que é possível identificar duas frentes interligando os sujeitos e a ação do Estado brasileiro. Dessa forma, foram trabalhadas duas histórias de pessoas que sofreram diretamente violência estatal, identificando em suas falas a ges-

17 O Ministério da Justiça Federal lançou em 2012 o edital Clínica do Testemunho, que tem por objetivo oferecer reparação simbólica e psíquica para as pessoas afetadas pela violência da ditadura civil-militar. Foram utilizados dispositivos clínicos e sessões públicas de testemunho da violência de Estado conduzidos por profissionais do campo da Psicologia. Em 2015, foi lançado o segundo edital público. Não foram lançados novos editais.

18 Podemos verificar que o atual governo brasileiro tenta impor uma nova versão acerca da ditadura brasileira a partir de referências a torturadores e tentativas de reescrita da história, conforme demonstrado no artigo de Santiago e Oliveira (2019).

tão do silêncio como dispositivo do Estado, que teve como objetivo manter sob controle, nas margens da sociedade, histórias que não coadunam com a narrativa oficial. Além disso, há a gestão do silêncio como brechas e usos da própria história como forma de trazer para a si o controle sobre a própria vida.

Para Das (2012), é possível captar a violência sofrida pela percepção de como as pessoas “habitam o mundo” e como elas deixam transparecer as “pequenas mortes” de trechos de sua vida, incorporando o “evento extraordinário” na temporalidade e no sentido de viver. Tais eventos produzem a diminuição entre aquilo que se opõe como individual e como social. Apesar do evento violador e das dores infundidas no corpo e na alma, as pessoas precisam continuar fazendo com que a vida siga seu fluxo, quase que como um hábito. Nessa lógica, o controle estatal escapa pelos poucos fios que sobram àqueles que foram relegados ao esquecimento das memórias subterrâneas, sendo justamente desse local que suas vozes ecoam, alterando padrões narrativos e criando perturbações no *status* social.

A linguagem é poderosa e o tempo é reatualizado nos testemunhos diários que se estabelecem e se materializam pela voz dos pesquisadores que, ao jogarem luz sobre experiências dolorosas, silêncios avassaladores e palavras, propiciam a possibilidade de se reinventar no cotidiano. Apesar de Ginzburg (2010) dizer que a história vista como trauma dificulta possibilidades de representação por conta da dor que provoca, percebemos nos dois entrevistados que parte da sobrevivência pessoal passa também por algum domínio sobre a própria vida. Nesse sentido, o excesso de trauma escapa por várias vias, sendo duas delas, em nossa análise: pela autonomia em gerir

a própria narrativa que se estabelece pelo ato de testemunhar, e pela elaboração da própria história.

A gestão do silêncio no campo do controle e do poder biopolítico não consegue impedir por completo que as memórias subterrâneas escapem das profundezas. Dessa forma, a gestão do silêncio promovida pelos sujeitos acaba permitindo que, mesmo por pouco, os pontos da história oficial resvalam as memórias individuais e vice-versa. Apesar disso, ainda estamos muito distantes de constituir uma versão nacional que escape do controle hegemônico de um grupo. Com essa lógica estabelecida, vemos acontecer no Brasil uma continuidade do binômio violência-política, que tem suas raízes no modelo exploratório colonial e que se fortifica no emudecimento sobre os crimes da ditadura e se ratifica pela violência naturalizada contra grupos específicos da população na atualidade.

Referências

- ABRAÃO, P. Prefácio. *Clínicas do Testemunho: reparação psíquicas e reconstrução de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.
- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENJAMIN, W. (1933). *Obras escolhidas*. v. 1, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CAMPOS FILHO, R. P. *Araguaia – depois da guerra uma outra guerra: a luta pela terra no sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- CARVALHO, J. E. C. de. *Violência e sofrimento so-*

cial: a resistência feminina na obra de Veena Das. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 17, n. 3, p. 9-18, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CORRÊA, C. H. S. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2013.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31, junho de 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rpmsgFRcZXxZtBMjL4rYZtjR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2019.

DAS, V. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, 2007, *E-book*.

FONTES, S. Idealizador do Memorial do Araguaia visita o Estado. *Secretaria da Comunicação*. Governo do Tocantins. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/idealizador-do-memorial-do-araguaia-visita-o-estado/3mrffd4effy>. Acesso em: 03/08/23.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOV, P; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979.

FREUD, S. (1917/1989). Conferência XVII: fixação em traumas – o inconsciente. *In*: ESB. 2. ed. v.16. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. [1893-1895] Estudos sobre histeria. *In*: FREUD, S. *Obras completas*. v. 2. Trad. Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALLO, S. Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 77-94, out-dez 2017.

GINZBURG, J. Escritas da tortura. *In*: SAFATLEL, W.; TELES, E. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 133-150.

HAN, B. C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyné, 2018.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. *In*: SAFATLEL, W.; TELES, E. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132.

LACAN, J. Discurso de Roma. *In*: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 139-172.

LACAN, J. *O seminário*. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NASCIMENTO, D. M. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. 2000. 202f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

NOSSA, L. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Emílio Goeldi Cienc. Hum.* Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034994002>. Acesso em: 24 maio 2023.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.

SANTIAGO, M. M. L; OLIVEIRA, M. S. A verdade sufocada. Iminência de novos sentidos sobre a ditadura. *Gláuks: Revista de Letras e Artes*, v. 19, n.1, p. 158-178, jan/jun 2019.

SELTZER, M. *Wound culture: trauma in the pathological public sphere*. *October*, v. 80, p. 3-26, spring/1997.

VIEIRA, M. A. C. *Território em movimento: comunidades camponesas da Amazônia oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero)*. *Revista Pós Ciências Sociais-REPOCS*. São Luís, v. 9, n. 18, jul./dez. 2012.

RESUMO

A Guerrilha do Araguaia ficou conhecida como um dos episódios mais cruéis do período da ditadura civil militar brasileira. Foi responsável por inúmeras violações de direitos humanos, o que gerou repercussões para a vida dos moradores da região e, especificamente, de Xambioá-TO. Assim, objetiva-se demonstrar o uso da gestão do silêncio como forma de superação do sofrimento, por um lado, e como dispositivo estatal de controle da memória social das pessoas que vivenciaram as diversas violências perpetradas pelo Estado, por outro lado. Para tanto, trabalhou-se com análise de conteúdo de duas entrevistas de camponeses vítimas do processo. Chegou-se à conclusão que, apesar das estratégias de controle das narrativas oficiais, ainda assim as pessoas conseguem gerir suas histórias, permitindo, vez ou outra, que as memórias da margem se encontrem com as oficiais.

PALAVRAS-CHAVE

Guerrilha do Araguaia. Xambioá-TO. Violência de Estado. Ditadura.

ABSTRACT

The Guerrilha do Araguaia became known as one of the cruelest episodes of the Brazilian civil military dictatorship. It was responsible for numerous violations of human rights, which had repercussions for the life of the residents of the region and, specifically, of Xambioá-TO. Thus, the objective is to demonstrate the use of silence management as a way of overcoming suffering, on the one hand, and as a state device to control the social memory of people who have experienced the various violence perpetrated by the State, on the other hand. For that, we worked with content analysis of two interviews with peasant victims of the process. It came to the conclusion that, despite the control strategies of official narratives, people still manage to manage their stories, allowing, from time to time, the memories of the margin to meet the official ones.

KEYWORDS

Guerrilha do Araguaia. Xambioá-TO. State violence. Dictatorship.

Recebido em: 23/02/2022

Aprovado em: 24/05/2023